



EDITORIAL

Prezado(a) leitor(a),

Com imensa satisfação e orgulho, apresentamos uma edição especial da Revista de Ciências Sociais Aplicadas – RCSA (v. 5, n. 1, 2024), voltada exclusivamente para o CURSO DE DIREITO. São sete artigos que integram as mais diversas áreas temáticas: direito dos refugiados, direito sucessório e tributários ligados à sucessão, direito do trabalho, direito penal e processual penal, direito dos animais e, por fim, o direito ambiental.

Nossa Edição Especial começa com o artigo da Professora Convidada, Dra. Leila Bijos, PhD em Sociologia, com estágio pós-doutoral na Saint Mary's University, Halifax, Nova Scotia, Canadá, e de Paulo Juan Almeida Alencar. O artigo, intitulado “Refugiados venezuelanos na Paraíba: análise da inserção no mercado de trabalho”, propõe-se a discutir as dificuldades e as barreiras legais, nacionais e internacionais, da inserção dos migrantes venezuelanos no mercado de trabalho da Paraíba. O artigo também visa a apresentar as políticas públicas efetivas, em especial os programas de interiorização dos refugiados venezuelanos.

O segundo artigo, “O consentimento presumido do falecido para a implantação de embrião crio preservado em cônjuge supérstite”, escrito pela graduanda Crislayne Nicácio Barbosa e pelo Prof. Dr. Ivan Claudio Pereira Borges, investiga os efeitos jurídicos no Direito Sucessório da utilização de material genético criopreservado do cônjuge já falecido na reprodução assistida após sua morte. O artigo analisa duas possibilidades jurídicas: a análise dos princípios constitucionais ou a aplicação exclusiva das normas infralegais.

Ainda permeando o Direito Sucessório e a interdisciplinaridade com o Direito Tributário, o graduando Jônatas Ferreira Campos e o Prof. Ms. Edilson Eneidino das Chagas, apresentam o artigo “Tributação sobre heranças: efeitos negativos sociais e econômicos para os contribuintes e para a sociedade ao tributar heranças”. O foco é a não-tributação das heranças (ITCMD) de forma a garantir a justiça social, com a devida apreciação dos aspectos legais, econômicos e sociais. O artigo apresenta os argumentos econômicos favoráveis e contrários para a não-tributação das heranças, por meio de estudo comparado.

O quarto artigo, “Os desafios jurídico-sociais enfrentados pelos jogadores profissionais de esportes”, escrito pelo graduando Wendell Rodrigues da Silva e o Prof. Ms Eduardo Antônio Doria de Carvalho, apresenta uma nova modalidade de empregados – os profissionais de *eSports*. O mercado de *gamers* movimentou, em 2022, mais de U\$1,3 bilhão (R\$6,5 bilhões), e a regulamentação da profissão é realidade em países como França, Estados Unidos e na Coreia do Sul. No Brasil, existem Projetos de Lei que visam a criar a profissão, mas entraves jurídicos apresentados podem dificultar a sua regulamentação;

A graduanda Patrícia Souto Carizzi e o Prof. Ms. Antônio Roger Pereira de Aguiar apresentam o artigo “Estudo da hipótese processual penal da conduta denominada como *revenge porn*: análise dos meios de prova suficientes para a formação da cognição judicial em casos de decisão condenatória”. A pornografia de vingança consiste na prática de divulgação de imagens e de vídeos de nudez ou de conteúdo sexualmente explícito sem o consentimento da vítima, com o intuito de causar dano. Nesse contexto, como o artigo discorre sobre os principais meios de provas que auxiliariam o convencimento do juiz nas hipóteses de sentenças condenatórias.



No penúltimo artigo, graduanda Maria Klara Campêlo de Aquino e o Prof. Dr. Rafael Gomiero Pitta apresentam “A legitimação processual dos animais como forma de efetivar sua defesa em juízo”. O artigo a legitimidade processual aos animais para serem autores ou réus em ações jurídica, como forma de efetivar sua efetiva defesa em juízo. Para embasar seus argumentos, fazem um estudo comparado da legislação na área de direito ambiental do Brasil com a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

Por fim, mas não menos importante, o texto “Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SDGs) como codificação dos direitos humanos de terceira dimensão”, escrito pela professora Doutoranda Caroline Lima Ferraz apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, iniciativa da Organização das Nações Unidas, e lançados em setembro de 2015, como a codificação de direitos de terceira dimensão, pelo seu caráter universal, de titularidades coletivas, indetermináveis e indefinidos.

O empenho de todos foi fundamental para a publicação desta Edição. Agradecemos a todas as professoras revisoras que se dedicaram para tornar este Volume possível.

Obrigada!

Profa. Me. Risoleide de Souza Nascimento
Coordenadora do Curso de Direito

Profa. Me. Caroline Lima Ferraz
Membro do NDE – Curso de Direito